

## MURO VERDE AFRICANO: UM NOVO PARADIGMA SIMBÓLICO

*AFRICAN GREEN WALL: A NEW SYMBOLIC PARADIGM*

*Tayná Soares de Mendonça*<sup>1</sup>

UEPB

*Giuliana Dias Vieira*<sup>2</sup>

UEPB

### Resumo

O mundo contemporâneo continua a ecoar problemas históricos, ressaltando os limites da política em articular soluções viáveis para os impasses apresentados por fatores como: diferença, desigualdade, pobreza, desenvolvimento, além de progresso científico e tecnológico. Tal constatação é evidenciada pela crescente construção de muros em diversas regiões fronteiriças. Atualmente, podem ser observados mais de 70 muros em todos os continentes, alguns sendo fortalecidos, aumentados ou duplicados. Este artigo tem o objetivo de apresentar um contraponto a este movimento de construção de muros e barreiras típico da contemporaneidade. Iniciaremos a discussão a partir da construção da Muralha Verde Africana, um projeto inovador que busca, com o plantio de árvores, reverter o processo histórico de desertificação, para trazer novas perspectivas de integração, de vida, de árvores e de renovação do solo para as comunidades regionais. A metodologia aplicada envolveu uma pesquisa descritivo-analítica, pois buscou relacionar as variáveis presentes nas análises realizadas, com abordagem essencialmente qualitativa, de forma a trazer mais luz aos debates políticos internacionais contemporâneos, com

---

<sup>1</sup> Graduanda no curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, bolsista PIBIC - UEPB, [contatotaynasoares@gmail.com](mailto:contatotaynasoares@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora pela Universidade de Paris I – Panthéon – Sorbonne e Professora do curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, [giulianadiasvieira@gmail.com](mailto:giulianadiasvieira@gmail.com)

olhar crítico e humanista. Assim, buscou-se romper com a tendência interpretativa acerca da fenomenologia dos muros, apresentando novos paradigmas para as fronteiras e suas respectivas simbologias nas Relações Internacionais.

### **Palavras-chaves**

Relações Internacionais. Política Internacional. Direitos Humanos. Muros.

### **Abstract**

*The contemporary world continues to echo historical problems, highlighting the limits of politics in articulating viable solutions to the impasses presented by elements such as: difference, inequality, poverty, development, in addition to scientific and technological progress. This finding is evidenced by the increasing construction of walls in several border regions. Currently, more than 70 walls can be observed on all continents, some being strengthened, increased or duplicated. This article aims to present a counterpoint to this movement of construction of walls and barriers typical of contemporary times. We will start the discussion from the construction of the African Green Wall, an innovative project that seeks, with the planting of trees, to reverse the historical process of desertification, to bring new perspectives of integration, life, trees and soil renewal for the regional communities. The methodology applied involved a descriptive-analytical research, since it aimed to relate the variables present in the analyses carried out, with an essentially qualitative approach, in order to bring more light to contemporary international political debates, with a critical and humanistic look. Thus, we sought to break with the interpretative tendency about the phenomenology of walls, presenting new paradigms for borders and their respective symbologies in International Relations.*

### **Keywords**

*International relations. International Politics. Human rights. Walls.*

## INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo continua a ecoar problemas históricos, ressaltando os limites da política em articular soluções viáveis para os impasses apresentados pela diferença, pela desigualdade e pelo progresso científico e tecnológico. Tal constatação é evidenciada pela crescente e contínua construção de muros em diversas regiões fronteiriças, bem como de muros internos, dentro dos limites territoriais estatais. Mais de 70 muros podem ser observados na atualidade, em todos os continentes, alguns sendo fortalecidos, aumentados ou duplicados. Muito embora a construção de muros não possa ser considerada uma inovação da modernidade, pois como é de conhecimento comum, durante o período da Idade Média, era usual a utilização de muros e barreiras a fim garantir a separação de espaços geográficos de poder centralizado e forte, resta ainda surpreendente tal tendência do ponto de vista da política internacional na atualidade.

Pode-se afirmar que o surgimento do Estado-Nação consolidou através do Tratado de Paz de Vestfália (1648), a soberania e os Estados como atores internacionais independentes e responsáveis por sua própria segurança e fronteiras. Tal concepção perdurou durante toda a Idade Moderna. Contudo, o mundo contemporâneo trouxe consigo uma esperança de unificação, intensificado pelo processo de globalização e de novas tecnologias.

Ao contrário de todas as expectativas, percebe-se a proliferação dos muros no mundo contemporâneo, mesmo depois da queda do muro de Berlim (1989), que, na ocasião, acenou para o mundo o fim das barreiras ideológicas, o fim da guerra fria e o início de uma era global mais unificada. Ou seja, observa-se o acirramento das disputas, o fracasso da política em propor soluções e a naturalidade com que Estados e sociedades encaram a construção de muros para solucionar ou diminuir zonas de conflito. De acordo com Haesbaert (2011, p.4),

Podemos afirmar que as territorialidades dominantes no mundo moderno de matriz europeia impuseram inicialmente uma padronização territorial, de caráter pretensamente universal e exclusivista, cuja matriz foi o Estado e seus domínios em área, construindo territórios-zona que não admitiam sobreposição.

A partir disso, surgiu a necessidade de maior controle das fronteiras, através da limitação do fluxo de pessoas, sobretudo da força de trabalho dos migrantes, de suas culturas e costumes. Nesse aspecto, utilizando a concepção de Wendy Brown (2010), cientista política, os novos muros elucidam a soberania teatralizadora, a qual busca interditar “corpos estranhos” através de gestos políticos extremamente custosos e passíveis de fracasso à medida em que não conseguem atingir o objetivo final de segregação e sustentação de uma falsa visão de ordem. Tal instrumentalização das forças estatais para reforçar a soberania e a separação podem ter consequência bastante nocivas aos esforços de humanização da política internacional. Por outro lado, Mbembe (2020) alerta que

Ganha força a crença de que o mundo seria mais seguro se ao menos os riscos, as ambiguidades e incertezas pudessem ser controladas (...)” e que “as técnicas de gerenciamento de risco estão se tornando, cada vez mais, um método para governar a mobilidade.

O que significa que gerenciar o medo e a insegurança tem se tornado uma estratégia de governos para acalmar as inseguranças atuais. Tais técnicas atacam de frente a mobilidade, a migração, a sobrevivência de milhares de pessoas que aglomeram-se nos limites territoriais murados. Neste artigo, trata-se de apresentar um contraponto a este movimento de construção de muros e barreiras típico da contemporaneidade, ou seja, pretende-se discutir a construção e idealização da Muralha Verde Africana,

que rompe com a tendência interpretativa acerca da fenomenologia dos muros e apresenta uma nova alternativa simbólica para as Relações Internacionais, tendo em vista o fato do projeto buscar despertar a concepção de aldeia global através da cooperação entre os países da região do Saara-Sahel, a qual é acometida pela desertificação, além de pobreza extrema, ausência de educação de qualidade e mudanças climáticas severas. Tal projeto foi idealizado e concebido em 1952 pelo ambientalista Richard Baker, tendo começado sua execução apenas em 2007 pela União Africana<sup>3</sup>, com apoio econômico da ONU, União Europeia e do Banco Mundial.

No que concerne a metodologia, esta pesquisa possui natureza básica, tendo em vista o objetivo de responder questionamentos a fim de ampliar o conhecimento sobre o objeto abordado. O objetivo da pesquisa é descritivo-analítico, pois busca relacionar as variáveis presentes e trazer uma nova visão mediante uma abordagem essencialmente qualitativa, a partir das informações coletadas sobre os muros no mundo na atualidade e do muro verde africano.

Assim, o muro verde africano revela-se como um novo paradigma para a contemporaneidade, haja vista a construção de uma tendência pacifista, ecológica e simbólica que contrapõe a segregação, o isolamento e o preconceito. Ademais, sua interpretação metafórica é tão importante quanto sua literalidade, porque almeja promover o saber local e orientar os conhecimentos científicos para a preservação do meio ambiente e da governança global ambiental.

Este artigo apresenta a temática em três partes. Primeiramente, apresenta-se o fenômeno de reconstrução de muros como desafio do Século XXI (Cap. 1). Na segunda parte, tratamos de expor a problemática histórica do deserto do Saara e a governança global ambiental (cap. 2). Na terceira parte, analisamos a questão do muro africano sob o prisma de um mosaico metafórico de opiniões (cap.3).

---

<sup>3</sup> A Organização da União Africana desempenha um papel determinante e valioso na libertação do Continente, na afirmação de uma identidade comum e na realização da unidade do continente, fornecendo um quadro único para ações coletivas. (Ação constitutiva da União Africana).

## **1. FENÔMENO DE RECONSTRUÇÃO DE MUROS: UM DESAFIO PARA O SÉCULO XXI**

A proliferação dos muros é surpreendente, principalmente dentro do contexto da queda do muro de Berlim (1989), que, na ocasião, acenou para o mundo o fim das barreiras ideológicas, o fim da guerra fria e o início de uma era global mais unificada. Ao contrário das expectativas, esse mundo com fronteiras menos rígidas, com maior circulação de pessoas e mercadorias, com capital e empresas transnacionais, continuou beneficiando apenas uma pequena porção da população mundial. Foi assim que observou-se o acirramento das disputas, o fracasso da política em propor soluções viáveis para o endurecimento de medidas restritivas de locomoção, além da naturalidade com que Estados e sociedades encararam a construção de muros para solucionar ou diminuir zonas de conflito. Alguns muros estão em constante evidência na mídia, como por exemplo o muro dos Estados Unidos com o México, que contou com grandes esforços midiáticos do ex-Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de aumentá-lo em comprimento e altura. Da mesma forma, o muro recentemente duplicado, construído na fronteira da Hungria para limitar o fluxo migratório para a Europa. Outros muros são menos conhecidos, mas existem e dividem estados, religiões e etnias: a Índia, por exemplo, possui 3 muros nas fronteiras com Bangladesh, Nepal e Paquistão. A Irlanda possui vários muros intra-estatais para separar católicos e protestantes e suas ligações de poder com a Inglaterra. No Brasil, um muro foi construído no principal acesso do Aeroporto Antônio Carlos Jobim para a zona sul, sob o argumento de proporcionar um isolamento sonoro. No entanto, moradores da região denunciam a intenção de ocultar a Favela da Maré e suas mazelas dos olhos dos turistas que chegam à cidade maravilhosa. As implicações de tais constatações são diversas, mas estão todas ligadas às limitações de nossas capacidades políticas em solucionar conflitos.

Alguns estudos recentes vem sendo realizados sobre o tema, desde o registro fotográfico dos muros até análises do discurso sobre os muros, com perspectivas teóricas diversas. No campo das relações internacionais, esta questão ganha relevo por apresentar ligação direta com

um repertório de análises políticas contemporâneas que são desenvolvidas para melhor refletir a realidade internacional - o Estado-Nação, a soberania, as fronteiras, a segurança, a cultura e a identidade. A maioria destes estudos aponta a globalização como geradora de insegurança social, o que demanda posturas estatais mais firmes para conter imigrantes, terroristas e contrabandistas, o tráfico de armas e de entorpecentes, principalmente nas regiões fronteiriças. Assim é que Mbembe (2020) identifica a questão das fronteiras e do pós-colonialismo inacabado como sendo questões prementes na compreensão da questão. Por outro lado, Habermas (2016), contextualiza sua análise a partir dos ataques do Onze de Setembro nos EUA, para expor o forte abalo das estruturas normativas da política internacional desde então. Para Castells (2018), o terrorismo global originou uma política do medo e o colapso de uma ordem política, que acabou gerando uma crise política sem precedentes, afetando diretamente democracias e, em consequência, várias “cidadanias” ao redor do globo, estabelecidas a duras penas em longo processo histórico, político e cultural. Sob outro viés, Santos (2016), tratou de analisar a necessidade de aprender com a diversidade, com a diferença e com os desafios do presente, excluindo o vício colonialista de análises euro centradas. Moisi (2010), por exemplo, analisa como o “medo do outro” tem dominado a transformação das identidades nacionais na Europa e nos Estados Unidos, enquanto que para muçulmanos e árabes, o sofrimento histórico, a exclusão do boom econômico da globalização e as guerras civil e religiosa criaram uma cultura do ódio. Neste caso, o autor analisa a questão a partir da relação existente entre globalização, identidade e emoções. A Professora Anne-Laure Amilhat Szary, também analisa a questão através de uma ótica surpreendente entre demarcação de fronteiras em um mundo globalizado e desmaterializado:

Por trás de um discurso globalizado e globalizante sobre a abertura generalizada de fronteiras internacionais, talvez até de seu desaparecimento esperado desde os anos 1990, estas (as fronteiras)

adquirem no entanto um aumento do interesse tanto político quanto científico. (SZARY, 2012).<sup>4</sup>

Todas essas abordagens levam em consideração novos olhares do mundo contemporâneo e tentam identificar como ultrapassar a crise política na qual estamos globalmente inseridos. Naomi Klein (2008) aponta com propriedade que vivemos uma era de administração de tragédias, ou seja, de sucessões de regimes de urgência ou de exceção. Assim, defende a ideia de que os novos muros fronteiriços, numa sociedade biopolítica ou de in-segurança como a nossa, têm uma função meramente de postergar o agravamento de uma situação, de “evitar o pior”, especialmente naquelas áreas do mundo marcadas por níveis crescentes de desterritorialização.

Uma das vozes africanas com maior repercussão na atualidade, o camaronês, historiador e professor de ciências políticas Achille Mbembe (2020) aponta que a questão do controle de fronteiras e, por via de consequência, dos muros no mundo estão ligadas a questões pós coloniais a serem compreendidas a partir de algumas considerações:

A corrida para a África no século 19 e a demarcação de suas fronteiras de acordo com as linhas coloniais transformaram o continente em um enorme espaço carcerário e fizeram de cada um de nós um imigrante ilegal em potencial, impedido de circular salvo sob condições cada vez mais punitivas. Na realidade, o aprisionamento se tornou a precondição para a exploração do nosso trabalho, e por isso as lutas pela emancipação racial e por melhorias das

---

<sup>4</sup> Tradução da autora, do original: “Derrière un discours globalisé et globalisant sur l’ouverture généralisée des frontières internationales, voire de leur disparition prédite au début des années 1990, celles-ci connaissent pourtant un regain d’intérêt à la fois politique et scientifique”, in SZARY, Anne-Laure Amilhat. Murs et barrières de sécurité : pourquoi démarquer les frontières dans un monde dématérialisé ?. C. Ghorra Gobi. Dictionnaire des mondialisations (2ème édition augmentée ), Armand Colin, p.447-451, 2012.



condições de vida dos negros são tão entrelaçadas às lutas pelo direito de circular livremente.

Não por acaso, o fortalecimento do controle de fronteiras e de construção de muros também atua como uma espécie de filtro de quem pode e quem não pode passar. Alguns são mais bem-vindos que outros. A emancipação envolve a luta por melhoria de vida que deveria/poderia significar o direito de circular livremente.

Wendy Brown (2010), Professora Doutora de Ciências Políticas da Universidade da Califórnia, tratou da questão dos muros do mundo de forma diferenciada pois tratou de explicitar significados simbólicos muito interessantes para o fenômeno. Ela faz a ligação entre a crise da atualidade com as novas e recentes construções dos muros ao redor do globo. Não por acaso ela afirma que os muros representam uma reação contra forças transnacionais, e não internacionais e não necessariamente estatais. A migração, o contrabando, o crime, o terror e até mesmo os propósitos políticos que as muralhas interditam raramente são patrocinados pelo Estado, como atores políticos dominantes. Como tal, eles aparecem como sinais de um mundo pós-westfaliano (BROWN, 2010). Ainda, afirma a autora que os muros nunca desaparecem totalmente do mapa geopolítico, e os projetos de muros, em sua maior parte realizados tanto na antecipação quanto após grandes guerras, continuam sendo importantes tabuletas da história mundial. Além do mais, na modernidade, a ideia de cercar fisicamente entidades geopolíticas tornou-se excepcional, em vez de normal, reservada principalmente para postos avançados coloniais em território hostil ou para delinear limites da Guerra Fria, como os da Alemanha, Coreia e Hong Kong.

Outra abordagem apresentada pela Professora de geopolítica na Universidade de Montréal, Dra. Elisabeth Vallet (2016), afirma que o advento de um sistema internacional no qual os Estados eram relegados para um segundo plano, aliado ao desaparecimento de fronteiras claramente estabelecidas, deixou muito poucas expectativas de retorno das barreiras físicas, dos muros, principalmente após a queda do muro de Berlim. No

entanto, estes muros voltaram à cena internacional, principalmente após os eventos do 9/11. Na verdade, é possível observar que

Tudo se passa como se o fechamento de uma fronteira não somente reativasse a produção cultural sobre o limite no âmbito internacional, mas a transformasse igualmente o sentido. A atividade criadora no domínio das artes visuais tem essa força: de poder a um só tempo confirmar o status de visibilidade imposto pelo fechamento das fronteiras e ao mesmo tempo propor de subvertê-las. (SZARY, 2012).<sup>5</sup>

Muito embora reconheça-se que um mundo sem fronteiras é parte da utopia de alguns muitos, Mbembe (2020) reconhece a necessidade de reavivar este sonho utópico com uma pitada forte de política:

As fronteiras contemporâneas correm o risco de se tornarem lugares de reforço, reprodução e intensificação da vulnerabilidade para grupos estigmatizados e desrespeitados, para os mais marcados racialmente, cada vez mais dispensáveis, aqueles que, na era do desamparo neoliberal, pagam o preço mais alto pelo período em que mais se construíram prisões em toda a história humana. Aqui me refiro à prisão, às paisagens

---

<sup>5</sup> Traduzido pela autora, do original: Tout se passe comme si la fermeture d'une frontière non seulement réactivait la production culturelle sur la limite internationale, mais en transformait également le sens. L'activité créatrice dans le domaine des arts visuels a cette force de pouvoir à la fois confirmer le statut de visibilité imposée des frontières fermées tout en proposant de les subvertir. in SZARY, Anne-Laure Amilhat. Murs et barrières de sécurité : pourquoi démarquer les frontières dans un monde dématérialisé ?. C. Ghorra Gobi. Dictionnaire des mondialisations (2ème édition augmentée), Armand Colin, pp.447-451, 2012.

carcerárias de nosso mundo, precisamente como a antítese do movimento, da liberdade de se mover. Não há oposição mais dramática à ideia de movimento do que a prisão. E a prisão é uma característica-chave da paisagem dos nossos tempos.

Por este motivo, as fronteiras seguem um arrazoado de ideias ligadas à segurança, causando no mais das vezes problemas graves de discriminação racial. Por outro lado, no âmbito intra estatal, também tem-se observado a construção de muros tanto para separar etnias, religiões ou classes sociais diferentes. Da mesma forma que nas regiões fronteiriças, esta tipologia de muros tentam dar conta da violência, ou seja, da incapacidade de grupos religiosos ou étnicos em se relacionarem, bem como separar e isolar os “mundos” tão distintos gerados pela desigualdade social e econômica.

Em alguns casos, verifica-se que a raiz dos problemas enfrentados por determinadas áreas conflituosas tem profundas relações e raízes em seu processo histórico de colonização. De toda forma, pode-se identificar focos de conflitos históricos em todos os continentes, que ao colocarem em risco a paz na região, tornaram-se palco para a construção de muros. Na Ásia, por exemplo, o Oriente Médio é um dos principais focos de conflito e vários muros estão construídos no local. Existem confrontos na Índia com Paquistão, Bangladesh e Caxemira, impulsionados pela intolerância crescente entre hindus e paquistaneses, incluídas disputas religiosas e territoriais, após o término oficial da colonização inglesa na região. Na América do sul, são as disparidades econômicas e regionais que geram grandes focos de conflitos, as vezes dentro de um mesmo país, as vezes em região de fronteira, como é o caso da região do México com os Estados Unidos. Assim, fortalece-se o argumento de que muitas vezes o processo de colonização interfere na cultura local, na consciência coletiva – intensificando e criando conflitos com graves consequências políticas e sociais. Na África, a colonização europeia gerou e gera ainda atualmente conflitos étnicos que acabaram por dizimar milhares de pessoas em diversos

embates aterrorizantes e devastadores. A seguir, trataremos mais especificamente sobre a questão africana.

## **2. A PROBLEMATICA HISTORICA DO NORTE DA AFRICA E A GOVERNANÇA GLOBAL AMBIENTAL**

A região norte africana apresenta problemas históricos ligados a questão ambiental que acompanham os impasses para alavancar o desenvolvimento regional, político e econômico do continente. Neste capítulo iremos tratar primeiramente do deserto do Saara como um problema ambiental histórico (2.1), para em seguida analisar a governança global ambiental aplicada as questões africanas (2.2).

### **2.1. DESERTO DO SAARA: UMA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL HISTÓRICA**

De acordo com Hare et al. (1992), sucessivas secas atingiram severamente a região do Saara entre 1968 e 1973. Em 1970, a precipitação anual foi de 149 mm, em 1971, foi de 126 mm e, em 1972, foi a pior seca de todas, com registro de apenas 54 mm, uma situação típica, mas que se tornou catastrófica no ano de 1973. Esse conjunto de eventos desencadeou mortes, aumento do fluxo migratório e fome para a região. Neste contexto, em 1977, a Conferência das Nações Unidas sobre a desertificação definiu a desertificação como sendo a degradação da terra nas zonas áridas, semi-áridas, e sub-úmidas secas, resultantes de vários fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas. Sendo assim, notou-se uma urgência em criar medidas para a problemática, especificamente no continente africano, haja vista a fragilidade econômica, política e social e principalmente a suscetibilidade a variações climatológicas.

O Deserto do Saara expandiu-se cerca de 10% desde 1920, conforme aponta estudo de cientistas da Universidade de Maryland, nos EUA<sup>6</sup> (NIGAM; 2018). Tal expansão é natural, porém nas últimas décadas,

---

<sup>6</sup> Nigam Sumant é o responsável pelo referido grupo de cientistas, e é professor de ciências atmosféricas e oceânicas da Universidade americana de Maryland, também possui uma

as atividades antrópicas, principalmente o aumento dos gases de efeito estufa na atmosfera, estão agravando a situação e estimulando o avanço da região desértica e a contração do Sahel, uma zona de transição semiárida, causando consequentemente a desestabilização nos ecossistemas. Um exemplo desse desequilíbrio é o Lago Chade, o qual que mediu 9.652 metros quadrados em 1963 e encolheu 90% nas últimas décadas, esse evento revela a conexão climática no meio ambiente e como a ação antrópica possui efeitos devastadores a curto e longo prazo. Uma importante observação feita pela Secretária-geral da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), Patrícia Spinoza, realizada durante reunião com o Conselho de Segurança da ONU, fez o seguinte alerta: “Os efeitos negativos das mudanças climáticas e mudanças ambientais, entre outros fatores que afetam a estabilidade da África Ocidental e da zona do Sahel” (ESPINOSA; 2018).

Desse modo, observa-se que o desastre ecológico na região desértica do Saara remonta a um fator primeiramente de ordem natural, e secundamente de ordem socioeconômica.

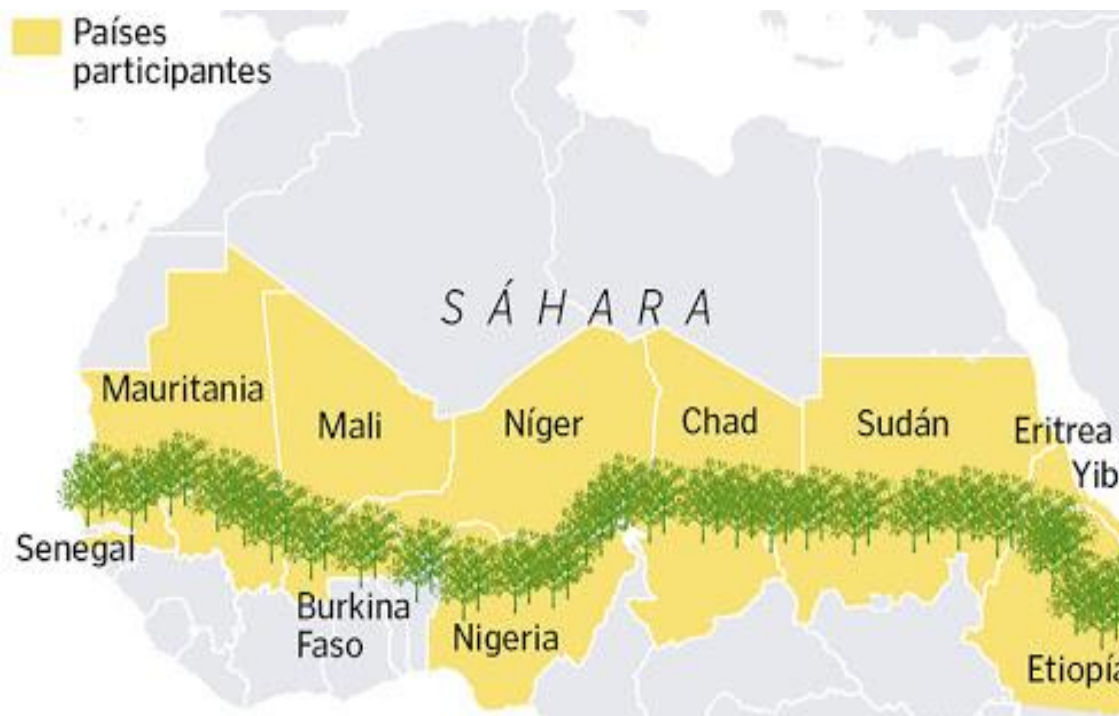
## **2.2. A GOVERNANÇA GLOBAL AMBIENTAL**

A Governança global ambiental se baseia na multiplicidade de atores, sua interdependência, objetivos compartilhados, fronteiras fluídas entre público, privado e esferas associativas, além da multiplicidade de formas de ação, intervenção e controle (KOOIMAN; 1993). Portanto, o termo significa a construção de um consenso entre as partes interessadas (stakeholders) em busca da cooperação, envolvendo todos os esforços possíveis para atingir um denominador comum em prol do meio ambiente. Na mesma linha de pensamento, Castro (2010) afirma que a governança envolve a articulação entre formas clássicas de autoridade existentes no estado (organização hierárquica) com as características do setor privado (direcionado pela competição do mercado) e o setor voluntário ou

sociedade civil (caracterizado pela ação voluntária, recíproca e solidária dos cidadãos).

Nesse sentido, a idealização do Muro Verde remonta às ideias e projetos do ativista ambiental inglês Richard St. Barbe Baker, durante seus estudos de botânica na faculdade de Cambridge, onde foi feita a alerta de que a remoção de árvores sem o devido reflorestamento causaria o declínio da biodiversidade e qualidade de vida da população. (BAKER; 1970.) Nesse aspecto, Richard Baker iniciou um trabalho no norte da África após observar os efeitos históricos da má administração das terras na região provenientes do plantio de trigo durante o Império Romano. Com efeito, ao ser nomeado Conservador Assistente de Florestas, realizou um trabalho de plantação de árvores nas províncias do sul da Nigéria entre 1925 e 1929, a fim de reflorestar a área e alertar as autoridades sobre os efeitos negativos do desmatamento e desertificação, anunciando formas eficazes para restaurar o equilíbrio ecológico.

Apesar dos esforços presentes na Conferência das Nações Unidas sobre a desertificação em 1977 e dos alertas apresentados pelos trabalhos do ambientalista Richard Baker, a região permaneceu sofrendo as consequências da devastação ambiental, além da ausência de políticas públicas eficazes e de uma visão de governança que incorporasse uma solução exequível para todos os países acometidos por tais problemáticas. Em contrapartida, um novo paradigma surge bem mais recentemente em em 2007, com possibilidade de modificar tais realidades sombrias. Sob a liderança da Comissão da União Africana, o projeto para a construção da grande Muralha Verde é fortalecido, recebendo o apoio financeiro do Banco Mundial, União Europeia e Nações Unidas, angariando um investimento total de cerca de US\$ 8 bilhões, com previsão de reflorestamento de aproximadamente 247 milhões de acres de terra degradada, estendendo-se de Dakar a Djibuti, perpassando 11 países.



Mapa do muro verde africano e os países participantes do projeto.

O mapa acima reflete bem a ousadia do projeto, pois cruza a África da região do Magrebe<sup>7</sup> ao extremo oriente, passando efetivamente por 11 países. Na imagem, podemos perceber facilmente o impacto das mudanças que derivam desta iniciativa. O muro verde, uma vez, implementado completamente transformará definitivamente toda a realidade desértica da região. Ou seja, as mudanças climáticas, geológicas,

---

<sup>7</sup> O Magrebe é uma região localizada no noroeste da África, conhecida na época do Império Romano como África Menor. Em árabe significa "pôr do sol" ou "ocidente", sendo um território vasto e pouco povoado devido ao clima árido.

sociais e políticas irão criar novos horizontes às populações que permeiam todo o espectro das áreas reflorestadas e circunvizinhas. Ao contrário de dividir, o muro verde já começou a unir e criar novos paradigmas de percepção das possibilidades de construção de uma vida melhor.

A concepção de construção do muro verde engloba, mesmo que implicitamente, alguns conceitos de filosofia ambiental trazidas pelo trabalho de Arne Naess (1972). Este filósofo e ambientalista norueguês desenvolveu o conceito de “ecologia profunda” para significar o respeito a todos os elementos vivos da biosfera a fim de garantir o equilíbrio ecológico. Naess também dividiu as correntes ambientais em duas: as superficiais que possuem uma tendência baseada no antropocentrismo e egocentrismo, além possuírem como objetivo o crescimento material desenfreado e o consumismo inconsciente através do empobrecimento dos recursos naturais.

Enquanto as correntes profundas não fazem distinção entre seres humanos e natureza, mas observam o mundo como uma rede de fenômenos conectados (CAPRA; 1996). Seguindo essa lógica, a construção do Muro Verde está alicerçada na concepção de ecologia profunda e seus princípios de harmonia com os recursos naturais e eliminação de uma visão pautada no antropocentrismo, o qual catalisa a desertificação e empobrecimento do norte da África.

O cientista britânico, ecólogo e professor do departamento de Ciências do Meio Ambiente do Instituto Federal de Tecnologia de Zurique, na Suíça, e um dos autores do trabalho acadêmico sobre reflorestamento e aquecimento global observa que seguramente podemos afirmar que o reflorestamento é a solução mais poderosa se quisermos alcançar o limite de 1,5 grau de aquecimento global” Bastin et al. (2019).

De acordo com a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação, que busca reverter o ainda atual processo de desertificação principalmente no continente africano, no Senegal já foram plantadas 11,4 milhões de árvores e 25 000 hectares de terras degradadas restauradas. Além disso, existem hortas comunitárias no Burkina Faso, Mali e Níger em funcionamento e produzindo alimento para os animais locais,



evidenciado uma restauração gradativa dos locais onde há plantação e a incorporação da Economia Verde.

Ademais, o avanço no projeto solidifica o conceito de governança global ambiental, posto que a implementação de políticas públicas alinhadas com a participação ativa de diversos outros atores, como o setor privado e não governamental, promove um maior dinamismo e cooperação no processo de reversão dos históricos problemas da região. Segundo Stringer (2016) é necessário mudar alguns dos sistemas criados pelo homem, em vez de apenas plantar para resolver o problema da desertificação. Em outras palavras, é imprescindível fomentar a economia e cultura local. No Burkina Faso, Mali e Senegal, por exemplo, os agricultores estão utilizando uma prática tradicional conhecida como “*zai*” para reabilitar a terra através da retenção de água em períodos secos; em Gana, existem plantações de capim-elefante para manter o solo úmido, utilizado também para tecer cestas. Portanto, o conceito de governança global ambiental está em plena sintonia com as ações proporcionadas pela economia verde – assim designada porque é oriunda da construção da grande muralha verde, desenvolvendo um sistema de coalizão entre diversos atores que buscam a inovação e crescimento econômico e cultural.

### **3. MURALHA VERDE: UM MOSAICO METAFÓRICO DE OPINIÕES**

A construção da Muralha Verde possui repercussão mundial nos estudos científicos. Chris Reij, por exemplo, membro sênior do Instituto de Recursos Mundiais (Washington-DC – USA) que trabalha com desertificação desde 1978, insiste em afirmar que, apesar da alegação de que 99.000 acres foram reflorestados no Senegal, a área de terras florestais continua desaparecendo por conta de atividades de exploração e destruição dos recursos naturais que ainda são superiores aos benefícios trazidos pelo projeto do muro verde. Ou seja, a exploração madeireira, a agricultura e a construção civil ainda permanecem como atividades com capacidade destruidora muito superior em outras partes do país. Sendo assim, para Chris Reij (2018), em entrevista para *Reforestation World*, a plantação não é a solução, pois a sobrevivência das árvores nessa região está em torno de

20%, ele afirma que “as taxas de mortalidade das plantações de árvores costumam ser da ordem de 80% ou até mais. Uma razão é que a propriedade das árvores nem sempre foi definida antes das árvores serem plantadas”.

Por outro lado, para Dennis Garrity, embaixador das Terras Secas na Convenção das Nações Unidas para o combate à desertificação, é possível comparar os países próximos as áreas desérticas do Saara com lugares empobrecidos e sem governo como Paquistão ou Afeganistão que já foram foco do terrorismo global há alguns anos (BAKER; TOUBAB, 2019). O secretário executivo da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, Ibrahim Thiaw, analisa as várias posições sobre a construção do muro verde africano nos seguintes termos: nenhum dos posicionamentos é melhor do que o outro, pois atualmente existem 21 países envolvidos em restaurar a região do Saara/ Sahel, mas apenas 15% da área foi restaurada desde 2008 (BAKER; TOUBAB, 2019). A justificativa para tal lentidão é a falta de financiamento, devido às urgências e demandas nas emergências climáticas em outros continentes. De acordo com o secretário, as consequências a longo prazo serão devastadoras, aumentando o fluxo migratório para a Europa e países do Golfo. Aliás, é urgente considerar que segundo previsão do Banco Mundial, em seu Relatório IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), a mudança climática forçará cerca de 85 milhões de africanos subsaarianos a migrar (ONU, 2014). Embora o projeto apresente um certo grau de controvérsia, interpreta-se tal situação como positiva politicamente, pois demonstra a pertinência da iniciativa sem dispensar as contribuições, observações e críticas, e além de tudo, do interesse social – indispensáveis à construção de um projeto político de tal envergadura.

#### **4. CONSIDERACOES FINAIS**

A partir destas considerações, é possível vislumbrar que o projeto de construção do muro verde no continente africano possui diversas opiniões divergentes de natureza política, econômica e social. Várias são as questões que geram dúvidas sobre a efetividade da construção do Muro Verde para criar empregos, atenuar os efeitos da desertificação, impedir o aumento dos fluxos migratórios e fornecer suprimento alimentício. Essa diversidade de argumentos revela a complexidade trazida por qualquer tipo de intervenção potencialmente transformadora. Mesmo sendo uma proposta de natureza inovadora e alinhada com preceitos ambientais, com capacidade paradigmática no que concerne a construção de muros no mundo contemporâneo, a proposta do muro verde continua sendo fonte de controvérsias. Talvez até, uma metáfora para o cenário internacional, pois de acordo com Julius Awaregya, membro da ONG International Development Enterprises este não é um muro comum, feito de tijolo, pedra ou concreto. Em vez disso, é formado a partir de troncos, galhos e folhas - uma barreira verde viva para conter o deserto quase sem vida.

No processo de reconstrução do continente africano, pautada na interdependência e avanço ambiental, é louvável a iniciativa de construção de uma muralha verde. No âmbito político internacional, é notável o lugar de destaque que ocupa tal iniciativa, apesar de todas as dificuldades naturais que concernem a realidade local. Para além da

economia, o avanço social elucida a superação histórica de uma região atingida negativamente pelo avanço antrópico inconsequente. Para além da literalidade, o simbolismo presente no Muro Verde apresenta uma nova alternativa para as Relações Internacionais pautada na cooperação ambiental, participação política social e ressignificação de conceitos erroneamente construídos ao longo do tempo, substituindo-os pela concepção de avanço do desenvolvimento humano e sustentável.

## REFERÊNCIAS

Anne-Laure Amilhat Szary. **Murs et barrières de sécurité : pourquoi démarquer les frontières dans um monde dématérialisé ?**. C. Ghorra Gobi. Dictionnaire des mondialisations (2ème édition augmentée), Armand Colin, pp.447-451, 2012

BAKER, Richard St. Baber, **Homens das Árvores: Nas Florestas de Mogno do Quênia e Nigéria**, introd. Lowell Thomas (Nova York: Dial, 1931) 252.

BAKER; TOUBAB, Can a 4.815 mile Wall of trees help curb climate change in Africa?, disponível em: < <https://time.com/5669033/great-green-wall-africa/>> Acesso em 17 de setembro de 2020.

BASTIN, J. F., Y. Finegold, C. Garcia, D. Mollicone, M. Rezende, D. Routh, C. M. Zohner, T. W. Crowther, The global tree restoration potential. *Science* 365, 76–79 (2019).

BROWN, Wendy. **Walled states, waning sovereignty**. MIT Press: EUA. 2010.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Editora Cultrix. 1996.

CASTELLS, Manuel. Ruptura. **A crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CASTRO JE. “**Water Governance in the 21st Century**”. *Rev Ambiente e Sociedade* 2007;10(2):97-118.

CHRIS REIJ, MEMBRO SÊNIOR DO WORLD RESOURCES INSTITUTE. **Reforestation world.org**. Disponível em: < <https://www.reforestationworld.org/voices/chris-reij-senior-fellow-world-resources-institute>>. Acesso em: 8 de setembro de 2020.

GREAT GREEN WALL. **Great green wall. org**. A grande muralha verde. Disponível em < <https://www.greatgreenwall.org/about-great-green-wall>>. Acesso em 8 de setembro de 2020.

HABERMAS, Jurgen. **O ocidente dividido**. São Paulo: Editora Unesp, 2016

HAESBAERT, Rogério. Da multiterritorialidade aos novos muros: paradoxos da

desterritorialização contemporânea. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011.

Disponível em

<[http://www.posgeo.uff.br/sites/default/files/da\\_multiterritorialidade\\_a\\_os\\_novos\\_muros.pdf](http://www.posgeo.uff.br/sites/default/files/da_multiterritorialidade_a_os_novos_muros.pdf)>. Acesso em 11 jun. 2020.

HARE, F. K.; WARREN, A.; MAIZELS, J. K.; KATES, R. W.; JOHNSON, D. L.; HARING, K. J.; GARDUÑO, M. A. (Orgs.). Desertificação: causas e conseqüências. Lisboa: Fundação Galouste Gulbenkian, 1992.

KLEIN, Naomi. **A ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro, nova fronteira, 2008, 1º ed.

KOOIMAN J., Modern Governance. New Government-Society Interactions. London: Sage; 1993.

MBEMBE, Achille. A ideia de um mundo sem fronteiras. Revista Serrote no. 05. 2019 (online). Acesso 15 de outubro de 2020.

MOISI, Dominique. The Geopolitics of Emotion: How Cultures of Fear, Humiliation, and Hope are Reshaping the World. Doubleday, 2009.176 p.

MONTESANTI, Beatriz. O que é a grande Muralha Verde da África. **Jornal Nexo**, 2016. Disponível em: <[https://www.nexojournal.com.br/expresso/2016/09/06/O-que-%C3%A9-a-Grande Muralha-Verde-da-%C3%81frica](https://www.nexojournal.com.br/expresso/2016/09/06/O-que-%C3%A9-a-Grande-Muralha-Verde-da-%C3%81frica)>. Acesso 8 de setembro de 2020.

NAESS, D. Arne. **The shallow and the deep: long range ecology movement. A summary**. Editora Springer, 1973.

O DESERTO DO SAARA ESTÁ SE EXPANDINDO. UNIVERSITY OF MARYLAND. **Umd right now**, 2018. Disponível em:

<<https://umdrighnow.umd.edu/news/sahara-desert-expanding-according-new-umd-study>>. Acesso em 8 de setembro de 2020.

ONU. INITIAL NATIONAL COMMUNICATION TO THE UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. **United nations framework convention on climate change – unfccc**, 2002. Disponível em: <<http://unfccc.int/resource/docs/natc/namnc1.pdf>>. Acesso em: 25 de abril de 2020.

ONU. DESERTIFICATION THE INVISIBLE FRONT LINE. **UNITED NATIONS CONVENTION TO COMBAT DESERTIFICATION – UNCCD**, 2014. Disponível em: <<http://www.unccd.int/en/media-center/MediaNews/Pages/highlightdetail.aspx?HighlightID=275>>. Acesso em 20 de abril de 2020.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A difícil democracia: Reinventar as esquerdas*. Ed. 1. São Paulo: Boitempo. 2016. 220 p.

STRINGER, Lindsay. **Land degradation: desertification and climate change: anticipating, assessing and adapting to future change**. 2016. 182.

TOMÉ. Ato Constitutivo, de 11 de julho de 2020. Nós, Chefes de Estado e de Governo dos Estados Membros da Organização da Unidade Africana (OUA); **Ato Constitutivo da União Africana**: promulgada em 11 de julho de 2000, Togo, 2000

VALLET, Elisabeth. *Borders, Fences and Walls: State of Insecurity?*. Ed 1. Canadá: Kobo editions. 2016.

VEIGA, Edison. Mundo precisa de 1,2 trilhão de novas árvores para conter o aquecimento global. **G1**, 2019. Disponível em:

<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/07/04/mundo-precisa-de-12-trilhao-de-novas-arvores-para-conter-o-aquecimento-global-diz-estudo.ghtml>> Acesso em: 8 de setembro de 2020.